

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA MAIORES DE 23 ANOS

PROVA DE AVALIAÇÃO TEÓRICA  
PARTE II – ÁREA DE CONHECIMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

2017/2018

Data: 20/06/2018 – Duração: 01h15m

---

Responda às duas questões seguintes. Cada questão tem uma cotação de 05 valores.

1.

«As políticas governamentais em prol da educação em matéria de direitos humanos são um indicador da seriedade com que os Estados encaram a questão dos direitos humanos. Conforme indicado na introdução ao presente documento, foi solicitado a cada país que elabore um plano de acção nacional para a educação em matéria de direitos humanos que seja abrangente (em termos de destinatários), eficaz (em termos de estratégias educativas) e sustentável a longo prazo. Os planos devem envolver todos os setores da sociedade, através da educação escolar e extra-escolar e de programas de ensino e formação especificamente destinados a grupos vulneráveis, grupos profissionais e outros grupos com mais potencialidades para apoiar a luta em prol dos direitos humanos, bem como àqueles a quem compete garantir esses direitos. Os governos necessitarão frequentemente de adoptar uma multiplicidade de abordagens no domínio da educação em direitos humanos, para que consigam atingir esses diferentes grupos destinatários.»<sup>1</sup>

Desenvolva um comentário ao texto e reflita sobre a pertinência da educação em matéria de direitos humanos. Organize a sua reflexão considerando os seguintes eixos orientadores:

- Importância da educação escolar na promoção dos direitos humanos.
- Aspectos relevantes de uma intervenção socioeducativa em contexto escolar em prol dos direitos humanos: objetivos prioritários, destinatários da intervenção (grupos vulneráveis), relevância do envolvimento de profissionais da área do trabalho social, exemplos de atividades/modos de intervenção.

---


<sup>1</sup> ONU (1999), Educação em Matéria de Direitos Humanos e Tratados de Direitos humanos. Série Década, nº2. Comissão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração dos Direitos Humanos e Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, Lisboa. Consultado em 10 de Junho de 2018. URL: [http://pdde.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/serie-decada\\_2\\_educacao\\_dh\\_e\\_tratados\\_dh.pdf](http://pdde.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/serie-decada_2_educacao_dh_e_tratados_dh.pdf)

2.

O quadro que se segue contém informação sobre a taxa de risco de pobreza em Portugal, por categoria social, em 2016. A taxa de risco de pobreza corresponde à “proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente” (INE). No ano 2016, 18,3% da população viveu com recursos monetários inferiores a 454 euros (rendimento, abaixo do qual se era considerado pobre).

Analise a informação contida no quadro, evidenciando diferenças observáveis em função do género, do grupo etário, do tipo de agregado doméstico e da condição perante o trabalho. Identifique categorias sociais em situação de risco de exclusão social associada à pobreza.

Refleta sobre formas de superar esses riscos de exclusão social, traduzidas em políticas públicas e respostas institucionais.

<b>Quadro 1. Taxa de risco de pobreza, por categoria social, Portugal (2016)</b>	
<b>Total</b>	<b>18,3</b>
Homens	17,8
Mulheres	18,7
<b>Grupo etário</b>	
0-17 anos	20,7
18-64 anos	18,1
65 ou + anos	17,0
<b>Tipo de agregado doméstico</b>	
Total, sem crianças dependentes	16,9
1 adulto sem crianças	25,4
Total, com crianças dependentes	19,7
1 adulto com pelo menos uma criança dependente	33,1
2 adultos com 1 criança	12,4
2 adultos com 2 crianças	16,9
2 adultos com 3 ou mais crianças	41,4
<b>Condição perante o trabalho</b>	
Empregado	10,8
Desempregado	44,8
Reformado	15,1
Outros inativos	32,3
<p>Fonte: Estatísticas das Condições de vida e cidadania – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) (INE).</p> <p> OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES</p>	